DIÁRIO DO GRANDE ABC

Publicado em 12/06/2023 - 07:42

Entrevista da semana - Max Xavier Lins

entrevista da semana

Max Xavier Lins

Presidente da Enel Distribuição São Paulo

Mobilidade elétrica é desafio e estamos nos preparando

NILTON VALENTIM
niltonvalentim@dgabc.com.br

A energia elétrica da Capital e 23 outras cidades da Região Metropolitana, incluindo as sete do Grande ABC, está sob responsabilidade da Enel desde 2018. Neste período, a empresa foi alvo de inúmeras reclamações de pessoas físicas e jurídicas, o que resultou em CPIs em pelo menos quatro municípios da região.

O presidente da empresa, Max Xavier Lins, diz que todas as investigações foram concluídas sem que "nada relevante" fosse apontado e destaca o investimento de R$ 7 bilhões em melhorias feitos nos últimos cinco anos.

Ele classifica o fornecimento de energia elétrica como "um orgulho nacional", mas que tem de "caber no bolso dos brasileiros".

RAIO X

Nome: Max Xavier Lins
Idade: 60 anos
Local de nascimento: Recife (PE) e morou em São Paulo (SP)
Formação: Engenheiro eletricista
Hobby: Ler, estar com a família, conversar com os amigos, ir a teatro, cinema e viajar
Local predileto: Minha casa
Livro que recomenda: Toda A Vida e a Loucura do Gênio que Ilumina o Mundo
Artista que marcou sua vida: Gosto muito de Tom Jobim, Noel Rosa e Chico Buarque
Profissão: Engenheiro eletricista, ser presidente da Enel é um estado circunstancial e temporário
Onde trabalha: Enel Distribuição São Paulo

O que mudou no fornecimento de energia desde que a Enel assumiu, em 2018?

Na antiga Eletropaulo, hoje Enel Distribuição São Paulo, cuja área de concessão corresponde à Região Metropolitana de São Paulo – Capital e mais 23 municípios, incluindo o Grande ABC –, são 8 milhões de clientes, aproximadamente 23 milhões de habitantes, quase 11% de toda a energia distribuída no Brasil passa pelas nossas redes e é a área socioeconômica mais relevante do País. Nós temos portanto uma responsabilidade muito grande. A Enel adquiriu a empresa em julho de 2018, e neste período tem investido significativamente sobretudo para buscar o melhor nível de confiabilidade e qualidade. Investimentos em subestações, novas redes de distribuição, manutenção preventiva, tecnologia e também nos canais de relacionamento com os clientes. Eles precisam receber energia com qualidade e confiabilidade e precisam se relacionar com a companhia. De 2018 para cá investimos quase R$ 7 bilhões e nos últimos quatro anos, R$ 4,7 bilhões. Investimento histórico e que vem sendo sobretudo direcionado para aquelas ações que tornam o serviço de fornecimento de energia elétrica mais efetivo e nos permitem atingir os indicadores de qualidade e confiabilidade estabelecidos pela Aneel (*Agência Nacional de Energia Elétrica*) e a expectativa dos clientes. Afinal de contas, energia elétrica é um insumo essencial à sociedade nos seus mais diversos segmentos, residencial, comercial, industrial, poder público, água esgoto e saneamento, iluminação pública etc. Então, quando fazemos um balanço destes cinco anos, a gente percebe uma melhoria muito significativa desses indicadores objetivos. Hoje nós temos o quarto melhor DEC (*Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora*) do Brasil e o terceiro melhor FEC (*Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora*). Evidentemente que ainda há muita coisa a ser feita. Energia elétrica é um investimento de capital intensivo e de larga maturação. Nós temos uma rede bem mantida, porém uma parte dela ainda é antiga e que vem sendo modernizada.

Na maioria das cidades do Grande ABC foram instalados CPIs para investigar o trabalho da Enel. O que a empresa tem feito a respeito?

Em primeiro lugar, dizer que essas CPIs já foram todas fechadas sem maiores consequências. A constatação é que de fato a empresa segue atendendo aquilo que é estabelecido pela Aneel, pela regulamentação setorial, e pelo contrato de concessão. Em certa medida, é até positivo no sentido que desmistifica determinadas concepções equivocadas. Não que não tenhamos problemas. Temos sim alguns pontos de fragilidade que estão sendo enfrentados, inclusive com transparência, até porque o nosso negócio é público. Nós prestamos contas regularmente à Aneel, e à Arsesp (*Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo*). Então, os nossos dados são absolutamente públicos, as nossas estratégicas são abertas. E tudo aquilo que, eventualmente, não estejamos no ponto ótimo, a gente reconhece e enfrenta sem nenhum problema. E para isso (*é necessário*) muito investimento, automação, manutenção preventiva e, sobretudo, ouvir os *stakeholders* (*parceiros*), inclusive políticos e autoridades.

"Não que não tenhamos problemas. Temos pontos de fragilidade que estão sendo enfrentados."

Então o senhor diria que as CPIs foram questões políticas?

Faz parte do papel do poder público. É absolutamente natural que sejam exigentes. Aliás, estamos na área de concessão socioeconômica mais relevante do País, onde temos o consumidor mais esclarecido e os *stakeholders* (*parceiros*) mais exigentes. Isso é algo absolutamente normal, sob a nossa ótica, e temos ações regulares de relacionamento com esses *stakeholders*, inclusive, uma área de atendimento institucional para prefeitos, vereadores, deputados, governador etc. Onde se dá o relacionamento regular, em que a gente entende qual é a demanda, a queixa, e mostra se já foi solucionada, verifica se aquilo procede e dá endereçamento adequado. Isso para nós é algo que faz parte da regra do jogo.

Alguma coisa mudou em razão das CPIs?

O setor energético é capital extensivo e de larga maturação, consequentemente, você tem um plano muito bem estruturado. Tu sei o que vou fazer daqui a cinco anos com a minha rede elétrica, com os meus investimentos ano a ano. Evidentemente que pode se ter, por exemplo, um ano mais chuvoso. Aí intensifica-se as equipes emergenciais. Tem um ano que percebe-se que será mais crítico do ponto de vista operacional, intensifica-se um pouco mais a poda (*de árvores*). Então, vamos pontualmente ajustando algumas coisas. Mas o investimento grosso é olhando o médio e longo prazo.

O Grande ABC é uma das regiões mais industrializadas do País. Isso merece uma atenção especial da Enel? E como é o trabalho da empresa voltado ao setor industrial?

O Grande ABC é o berço da indústria automobilística brasileira. A atividade industrial exige de nós algumas respostas específicas. Primeiro a qualidade no fornecimento de energia elétrica, pois a atividade industrial normalmente é microprocessada, portanto, aquilo que é aceitável para o consumidor residencial, não atende a indústria. Então, temos essa visão de que operacionalmente o desempenho precisa ter essas especificidades para que a indústria possa funcionar bem. Ouvir bastante esse cliente, tanto do ponto de vista de eventuais queixas operacionais, quanto de relacionamento comercial. Porque, diferentemente do consumidor massivo residencial, esse público precisa de um atendimento personalizado e especializado, para sentar na mesa, discutir o seu contrato de demanda, ser orientado quanto a eventuais ações de eficiência energética. Temos canais especializados para este público, com quem a gente se relaciona também com as associações de classe, como Ciesp, Fiesp etc.

O que se paga pela energia elétrica é justo? Seria possível baixar o preço das contas?

Energia elétrica é um insumo essencial. A sociedade não vive sem energia elétrica. E o Brasil é um País muito heterogêneo. Segundo o IBGE, 99,98% dos lares brasileiros são atendidos com energia elétrica. Exceto em grotões isolados, todo brasileiro, por mais pobre que seja (*é atendido*). E isso é motivo de orgulho nacional. O Brasil conquistou isso. Algo que não conquistou ainda no saneamento básico. Em 48% dos lares brasileiros não tem esgotamento sanitário. Chega a ser vergonhoso. Em energia elétrica, isso é motivo de orgulho. Mas essa energia precisa caber no bolso do cidadão, do mais rico ao mais pobre. Então, a Aneel, que é quem tem a faculdade de definir o nível da tarifa para cada distribuidor, mediante a metodologia estabelecida numa regulamentação específica e no contrato de concessão, ou seja, uma regra para cada concessão estabelecida pelo regulador federal. É a Aneel quem define a tarifa. E a Aneel, numa metodologia muito bem estabelecida, muito moderna, uma das melhores do mundo, estabelece alguns princípios. E um deles é a modicidade tarifária. Evidentemente, modicidade é um critério subjetivo às vezes, mas é aquele ponto de equilíbrio entre a qualidade e aquilo que é possível razoavelmente a sociedade pagar. E para isso, tem um outro conceito, que é chamado de investimento prudente. Eu, enquanto distribuidor não posso, por exemplo, pegar uma rede aérea e enterrá-la toda, porque aquela rede iria custar dez vezes mais do que é. Ficaria mais bonito, mais confiável, mas faria a conta ser multiplicada e não caberia no bolso. Esse conceito de buscar a modicidade tarifária é fundamental para a sociedade. Seja no segmento residencial, sobretudo nas camadas de menor renda, seja no segmento industrial, para garantir a competitividade do País na produção de insumos, seja no segmento de serviços, seja no poder público. Então, a tarifa, apesar de ser definida pela Aneel, é uma preocupação de toda a sociedade, inclusive nossa. Para que possa caber no bolso de cada consumidor, de cada brasileiro.

"Ninguém tem dúvida que, no caso da mobilidade elétrica, o ganho de escala começa na Grande SP."

Tem crescido exponencialmente o número de veículos elétricos. A Enel está preparada para esta demanda?

A Enel entende que mobilidade elétrica, assim como algumas outras tecnologias, são inexoráveis, ou seja, já existem. E apesar de ainda incipientes, elas ainda ganharão escala. E ninguém tem dúvida que, por exemplo, na mobilidade elétrica, o ganho de escala no Brasil começará pela Região Metropolitana de São Paulo, onde tem a maior renda. E isso abrirá uma operação elétrica. Quando você conecta um veículo elétrico na rede, aquele veículo é uma carga diferente. Uma lâmpada, por exemplo, é uma carga estacionária, que não se desloca. A única variável de incerteza que eu tenho sobre ela são as horas do dia em que permanecerá acesa ou apagada. O veículo elétrico não. Ora eu conecto ele na tomada da garagem de casa, ora no shopping center, ora no prédio onde eu trabalho, ora eu estou na estrada, fora da minha área de concessão. Há uma segunda variável de incerteza que é a dispersão geográfica. Isso modifica completamente a lógica elétrica de um sistema convencional, onde anteriormente todo o fluxo de energia elétrica transitava da fonte (*hidrelétricas*) para a carga. Agora não, o fluxo de potência transita em várias direções e ao mesmo tempo. Esse é um desafio gigantesco e ele vai começar no Brasil por nós. Então, estamos nos preparando para esse futuro, que vai acontecer muito em breve, estudando essas tecnologias. O nosso centro de operações é o estado da arte do que existe de mais moderno para operar uma rede de energia. E estamos dotando ele de sensorização, automação e inteligência artificial, que nós entendemos que são os meios pelos quais a gente vai enfrentar esse desafio.

O roubo e furto de fios e cabos e também de energia, o quanto impacta a operação da Enel?

O furto de energia é crime. Quando você furta energia elétrica está cometendo um crime tipificado na legislação brasileira. E nós combatemos permanentemente porque prejudica aquele consumidor que paga pela energia. Temos uma ação permanente de monitoramento, de inteligência, para que a gente evite isso. Em todos os segmentos. Temos ações muito fortes, inclusive em parceria com a polícia, no sentido de coibir e esclarecer a sociedade de que essa é uma prática que prejudica a todos. E o furto de cabos é extremamente grave. Em primeiro lugar, quando alguém rouba, está incorrendo em um grande risco de segurança a sua própria vida. Atuamos também em inteligência com a Secretaria de Segurança Pública para combater os receptadores. E mais uma vez, tipificando isso como crime.

Copyright © Clipclap 2025.